

# EVOLUÇÃO DO TRABALHO: DAS COMUNIDADES PRÉ-INDUSTRIAIS ÀS PÓS-INDUSTRIAIS

## EVOLUTION OF THE WORK: OF THE COMMUNITIES BEFORE INDUSTRIALS TO THE AFTER INDUSTRIAL

*Rosa de Fátima Pereira de Carvalho\**

*Oswaldo José Pereira de Carvalho\*\**

### RESUMO

A década de 1990 será lembrada por ter sido aquela que promoveu a maior alteração nas formas pelas quais as pessoas trabalham. Já vivenciamos processos de enxugamento e reestruturação dos modos de produção, sofremos com as oscilações ocorridas na economia mundial e, finalmente, vivemos os impactos causados pelo uso da Internet no nosso cotidiano. Em se tratando de organizações, está se realizando muito mais do que a simples redução da escala operacional dos postos de trabalho, o que se observa é uma profunda mudança na forma de produção. Na tentativa de implantar novos padrões para impulsionar a empresa ao sucesso, se convidam os empregados a esquecer como as coisas eram praticadas no passado e reavaliar como poderão ser feitas, de modo melhor, no futuro. Em todos os níveis operacionais, encontramos pessoas lutando pela competitividade e produtividade. As próprias condições que criaram os empregos há dois séculos, ou seja, a produção em larga escala e o surgimento das grandes organizações, estão desaparecendo graças ao uso ostensivo da alta tecnologia que possibilitou a automatização da linha de produção. Neste artigo se explorará a natureza da alienação humana causada pelas condições específicas que o trabalho adquiriu na produção capitalista.

*Palavras-chave:* Origem; Evolução do Trabalho.

\* Psicóloga organizacional, mestre em Administração de Recursos Humanos pela Universidade da Amazônia (UNAMA)/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará, desempenhou a função de coordenadora do Programa Sistema Nacional de Emprego do Pará (SINE/PA) e atualmente exerce a função de diretora do Trabalho da Secretaria-Executiva do Trabalho e Promoção Social do Estado do Pará (SETEPS). Membro da Comissão Estadual de Emprego do Estado do Pará. Professora da Graduação e Pós-graduação do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM) e das Faculdades Ipiranga – Belém/PA e consultora empresarial. (rfpcarvalho@terra.com.br).

\*\* Administrador de empresas e advogado, especialista em Direito do Trabalho e em Direito Processual, mestre em Direito das Relações Sociais pela Universidade da Amazônia (UNAMA), procurador regional da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e professor do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM). (osvaldojpcarvalho@yahoo.com.br).

## ABSTRACT

It's likely that the 90's are going to be remembered as the decade that promoted most alteration in the working way of people. We have already been through processes of drying and restructuring of the manner of production, we have suffered with the ups and downs in world economy, and, finally, we've lived the impact caused by the use of the Internet in our daily lives. When we deal with organizations, what is happening is much more than a simple reduction of the operational scale of work stations; it is a profound change in the mode of production. Attempting to implant new patterns to boost the enterprise towards its success, we invite the employees to forget how things were done in the past and reevaluate how they could be improved in the future. In all operational levels, we find people fighting competitively and for productivity. The same conditions that created jobs a couple of centuries ago, meaning, large-scale production and the rise of mega-enterprises, are disappearing thanks to the ostensible use of high-technologies that allowed an automatization of serial production. In this article, we will explore the nature of human alienation caused by specific conditions acquired by the work in capitalist production.

*Keywords:* Origin; Evolution of Work.

## 1. APRESENTAÇÃO

O processo de desenvolvimento da humanidade foi lento ao longo dos milhões de anos que precederam as grandes civilizações ocidentais. Essa longa trajetória evolutiva do homem está caracterizada por diversas etapas ou estágios, que vão desde aquela marcada pelo desenvolvimento de técnicas rudimentares de sobrevivência, por meio da geração da economia isolada e extrativa, em que predominava o esforço para complementar o trabalho da natureza, passando posteriormente para os estágios consecutivos da descoberta da agricultura, da noção de propriedade e de produto excedente, da fase industrial até a pós-industrial (DE MASI, 1999).

Desse modo, este artigo se propõe a realizar uma breve análise sobre a evolução das relações de trabalho ocorrida no mundo, enfocando especialmente as variáveis econômicas como fatores determinantes não só no desenvolvimento de seus diversos estágios, mas também na dinâmica das relações trabalhistas.

### 1.1 ETIMOLOGIA DA PALAVRA TRABALHO

Ao indagarmos sobre o significado da palavra trabalho, defrontamo-nos com inúmeras hipóteses de utilização do verbete, correspondendo a diversos significados. Assim podemos conceber a expressão como atividade de caráter físico e/ou mental necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento; como exercício de atividade, ocupação, ofício, profissão etc.; trabalho remunerado ou assalariado; serviço; local onde se exerce essa atividade; qualquer obra realizada; esforço incomum, tarefa, obrigação, responsabilidade; atividade humana realizada ou não com auxílio de máquinas e destinada à produção de bens e serviços, dentre outros. (FERREIRA, 1986)

Muitas vezes o termo vem associado a sentimentos humanos, como dor, aflição, tortura e esforço desmedido. Também se utiliza para designar dignidade e realização pessoal. Há também a utilização do termo acompanhado de um adjetivo: trabalho braçal e trabalho técnico.

Etimologicamente a palavra trabalho se origina do latim *tripalium*, embora outras hipóteses a associem a *trabaculum*. *Tripalium* era um instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes munidos de ponta de ferro, com a qual os agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfíapá-los. A maioria

dos dicionários, contudo, registra *tripalium* apenas como instrumento de tortura, o que teria sido originalmente ou se tornou depois. “A *tripalium* se liga o verbo do latim vulgar *tripaliare*, que significa justamente torturar”. (ALBORNOZ, 2002, p.10)

Denota-se pela etimologia que a noção de trabalho nasce associada à idéia de dor, sofrimento, o que se confirma também quando passamos à análise de sua evolução máxima no período que vai até a Idade Moderna. A interpretação dada à passagem bíblica sobre o trabalho também contribuiu para a concepção inicial do termo, definindo-o como um castigo de Deus em face do pecado de Adão, na sentença “ganharás o pão com o suor de teu rosto” (BÍBLIA SAGRADA, GÊNESIS, p. 3-19).

Após ponderarmos sobre a etimologia da palavra trabalho, convém destacar a sua origem desde os primórdios da humanidade nas comunidades de caçadores e coletores 8.000 a.C., ou na elementar agricultura desenvolvida no Oriente Médio, China, Índia e Norte da África. Entretanto, Borges e Yamamoto (2004, p. 28) destacam diversas concepções, entre as quais as greco-atenienses, representadas, principalmente, pelas idéias de Platão e Aristóteles:

Esses filósofos exaltavam a ociosidade. O cidadão, para Platão, deveria ser poupado do trabalho. Aristóteles valorizava a atividade política e referia-se ao trabalho como atividade inferior que impedia as pessoas de possuírem virtude. Todo cidadão deveria abster-se de profissões mecânicas e de especulação mercantil: a primeira limita intelectualmente e a segunda degrada eticamente.

Hodiernamente, o trabalho tem conotações diversas daquelas iniciais, sendo em seu aspecto pessoal entendido como meio de auto-realização, aprimorando talentos e habilidades e, também, como meio de sustento do trabalhador e de sua família. Sob a ótica social, hoje, o trabalho é meio de produção, de associação e solidariedade entre os homens, na construção do bem-comum; é base para o próprio desenvolvimento humano em seu aspecto econômico e social. Assim, deve-se entender a atividade laboral como um bem a serviço do homem e não como se estivesse o homem a serviço do trabalho.

## 1.2 A EVOLUÇÃO DO TRABALHO

Convém advertir, inicialmente, que os momentos históricos ou fases, que serão abordados nesta exposição, não devem ser entendidos como etapas subseqüentes, com datas delimitando um exato período em que se realizaram suas diversas modalidades. Na verdade, diferentes formas de trabalho se verificaram concomitantemente, sendo possível, apenas didaticamente, estabelecer momentos de prevalência de certa relação laboral em relação a outras.

O trabalho humano surgiu instintivamente como imperativo para a própria sobrevivência do homem, como fazem os animais para obter sua alimentação. Posteriormente, movido por necessidades ainda ligadas à sobrevivência, mas com sinais mais claros do desenvolvimento da inteligência humana, o trabalho passou a ser realizado em defesa contra os ataques de animais ferozes e mesmo de outros homens de tribos rivais, dando início à fabricação de instrumentos de defesa.

### 1.2.1 O TRABALHO ESCRAVO

Nas inúmeras lutas tribais dos homens primitivos, os derrotados que tinham ficado feridos eram normalmente mortos por seus vencedores, “ou para devorá-los ou para se libertar dos incômodos que estes ainda poderiam provocar”. Esta situação permaneceu até o momento em que se perceberam as vantagens de subjugá-los, impondo-lhes o trabalho escravo. Os povos de maior poder de ataque acumularam, assim, expressivo número de escravos e sentiram que o excedente poderia ser utilizado como instrumento de venda ou de troca com outras tribos ou grupos. (VIANNA, 1999, p. 29).

Vianna (op.cit.) ressalta que na antiguidade existem registros de trabalho escravo na Grécia, Egito e Roma. Evidente que naquela ocasião esse tipo de trabalho não era considerado ignóbil, mas tido como justo e necessário, tendo alguns filósofos da época, dentre eles Aristóteles, afirmado que sem a escravidão não se poderia alcançar a cultura, já que era ela quem permitia ao escravizador o direito ao ócio, condição indispensável na busca do saber. Trabalhos manuais e extenuantes eram atribuições exclusivas dos escravos e uma desonra para os privilegiados.

Com o advento da Idade Média, elevou-se o número de guerras, inclusive aquelas de fundo religioso, contribuindo sensivelmente para a elevação do quantitativo de escravos, transformando-os em produto extremamente rentável ao comércio, sendo o ser humano avaliado como mercadoria geradora de riquezas. Tal comércio perdurou até a Idade Moderna, incrementado pelo descobrimento das Américas e se fazendo sentir de forma contundente no Brasil, primeiro pela escravidão indígena e depois pela chegada de escravos trazidos da África.

Vianna (op. cit, p. 20) destaca que a Revolução Francesa repudiou com veemência a indignidade da escravidão humana, transformando-se no mais duro golpe a esse tipo de trabalho e que, a partir de 1837, a mesma “foi proscrita oficialmente dos territórios de domínio inglês.” A Inglaterra, em razão da influência da ideologia mercantilista, desestimulou tal prática não só em suas colônias, mas também em todas as nações do continente europeu.

## 2. AS COMUNIDADES PRÉ-INDUSTRIAIS

Após nos remetermos aos aspectos conceituais da terminologia da palavra trabalho e suas considerações históricas, convém destacar que a exploração das riquezas da terra deu origem não só ao trabalho artesanal, mas também intensificou o comércio por meio da venda dos excedentes da produção agrícola.

Conforme o país e a época, as terras passaram a ser trabalhadas por escravos, servos ou camponeses. A produção excedente era utilizada para manter o aparato militar e para o sustento do padrão de vida da classe dominante. Tal fato ocasionou a emergência de uma nova classe social, a burguesia, composta pelos mercadores e artesãos bem-sucedidos, que acumularam riquezas e proporcionaram condições para o desenvolvimento das artes e da ciência na Era Moderna.

Segundo Albornoz (1998), o período da Idade Moderna encontra-se marcado por três estágios: o da invenção da máquina a vapor; do uso da eletricidade e, por último, do surgimento da automação, por meio da invenção do computador. Neste período, o conhecimento científico é valorizado e aplicado intensivamente no intuito de elevar a produção e promover o desenvolvimento tecnológico.

De Masi (1999) destaca Adam Smith como o maior teórico dessa nova economia, marcada pela mecanização e impregnada pelo iluminismo. A superioridade da indústria sobre a agricultura tornaria as nações ricas pelo lucro, mais-valia sobre a renda e da moeda substituindo o processo de troca. Segundo o autor, Smith, em seu livro “A Riqueza das Nações”, publicado em 1776, estabelece a relação entre valor de uso e valor de troca, na qual a fonte do valor ou mais-valia de determinada mercadoria é quantificada pelo trabalho a ele incorporada, dando a este a medida exata de valor, preconizando o que Taylor, cem anos mais tarde, iria identificar na divisão do trabalho.

Reforçando tal pensamento, Antony (1977) observa que as preocupações centrais das obras de Adam Smith, no final do século 17, eram as elevações dos níveis de produtividade. Todavia, atribuía relevante importância social ao trabalho, assim como ao seu parcelamento, defendendo a tese de que a manufatura nasceu para aumentar a fatura geral, difundindo-a entre as diferentes classes sociais, dentro do ponto de vista de uma economia liberal.

Borges e Yamamoto (2004, p. 29) sustentam que a especialização do trabalhador em única tarefa é decorrência natural da aptidão humana, compreendendo a divisão do trabalho como “conseqüência da propensão para permutar, negociar e trocar bens”.

Esse processo de aperfeiçoamento da organização industrial, nascido na Europa no final do século 18, se concretizaria na Detroit, de Ford, e na Filadélfia, de Taylor, entre fins do século 19 e os primeiros vinte anos do século 20. Taylor introduziu uma série de drásticas classificações das atividades humanas, categorizadas com base na idade, sexo e em aspectos quantitativos e qualitativos do empenho produtivo. Transferiu-se o trabalho da esfera da aproximação para o universo da produção, separando os papéis executivos dos diretivos, sendo o escritório o local do trabalho mental e a oficina o local de trabalho manual, onde os processos deveriam ser classificados, cronometrados e prescritos de forma contundente. (DE MASI, 1999).

Esse movimento, denominado de “gerência científica”, se propunha a aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes relacionados ao controle do trabalho nas empresas capitalistas em expansão. As idéias de Taylor encontram reforço nas de Henri Fayol, divulgadas no livro “Administração Geral e Industrial”, em 1968, com a formulação de princípios que iriam garantir o controle total da empresa por meios sistemáticos, intensivamente utilizados nas indústrias automobilísticas, estabelecendo novas condições para o emprego, implantadas primeiramente pela Ford Motor Company e, posteriormente, por um grande número de indústrias, em que o ofício desapareceria dando lugar a uma série de operações pormenorizadas e repetidas que padronizariam também os salários em níveis uniformes (BRAVERMAN, 1987).

Karl Marx, citado por De Masi (1999), em seus escritos econômicos e filosóficos de 1944, formula a sua acusação à organização industrial de tipo capitalista, como exploradora do trabalho assalariado sob a forma de alienação objetiva e subjetiva. Em sua concepção, fica evidenciado que a revolução industrial desencadearia a transformação total, manifestada pela burguesia, que criaria forças produtivas em massa muito maiores do que as das últimas três gerações.

Os operários seriam obrigados a vender-se por minutos, colocando-se em situação de subordinação e fragilidade política. Nesse sentido, não teriam outra alternativa para ganhar a vida, já que o empregador deteria para si o capital, no qual pretendia multiplicá-lo para, inclusive, convertê-lo em salários (BRAVERMAN, 1987).

Nas décadas seguintes, os representantes da terceira geração, depois de Taylor, eliminariam a distinção entre o trabalho desenvolvido nas oficinas das fábricas e nos escritórios, analisando-os, agora, sob a mesma ótica dos componentes do movimento e do tempo, criando padrões pelos quais os processos de trabalho poderiam ser organizados e calibrados, sendo que ambos ficariam reduzidos ao mesmo nível, igualando-se em suas formas mais simples o trabalho do operário e do burocrata. Dessa forma,

com o avanço da tecnologia e da introdução da automatização, nova modalidade de controle foi desenvolvida, só que dessa vez não seria realizada pelo homem e sim pela própria máquina.

Esses sistemas automáticos para processamento de dados se assemelham aos utilizados nas máquinas das fábricas, diferenciando-se apenas no que tange ao antigo processo parcelado de produção, dando origem à nova divisão do trabalho. Cada aspecto das operações do computador foi graduado a um nível diferente de salário, criando hierarquia na qual os mais altos níveis serão ocupados por analistas de sistemas e pelos programadores, ficando os operadores restritos às tarefas determinadas por rígidas instruções estabelecidas para cada rotina. (BRAVERMAN, 1987).

### 3. OS “ANOS DOURADOS” E AS COMUNIDADES PÓS-INDUSTRIAIS

O mundo capitalista, nas décadas de 1960 e 1970, passou por seu momento mais profícuo, chamado Era de Ouro. Segundo Proni (2006, p. 6), a prosperidade econômica dessa fase associa-se ao processo de internacionalização de grandes organizações, primeiramente por meio das empresas americanas que se multiplicaram pelo mundo, transformando-se em empresas multinacionais, seguidas das européias que, nas palavras de Marcelo W. Proni “promoveram o avanço desse processo também em economias periféricas, contribuindo para a redefinição da divisão internacional do trabalho”.

A década de 1960, apesar de se destacar por apresentar um período de pleno emprego e de elevação dos níveis salariais, gerando análises econômicas bastante otimistas, pois o momento era de constante crescimento, mais tarde se revelou um grande equívoco. Matoso (1995) destaca que as relações laborais sofreram várias transformações benéficas nessa fase, tais como a ampliação dos direitos e da democratização das relações de trabalho e o fortalecimento das representações sindicais, proporcionando maior estabilidade e proteção ao trabalhador.

Todavia, Hobsbawm (1995, p. 255), apesar de reconhecer o momento de prosperidade econômica da época, expõe os contrastes existentes entre o mundo desenvolvido e os periféricos, ressaltando que tal plenitude só foi experimentada pelos países capitalistas desenvolvidos, deixando à margem as economias de orientação comunista. Apesar de a “Era de Ouro” ser considerada como um fenômeno mundial, a riqueza jamais chegou às vistas da maioria da população dos países do Terceiro Mundo, sendo característica desse período o excesso de produção de um lado e a fome do outro.



Galbraith (1987) alerta para os perigos promovidos por esse modelo, ressaltando não só as grandes desigualdades existentes entre os países ricos e pobres, mas também para a degradação ambiental, para o crescimento do armamento das nações e do retorno a uma política inflacionária.

Para os Estados Unidos da América, a Era de Ouro foi, na verdade, o apogeu do modelo fordista de produção de massa, “aos princípios de organização da produção industrial moderna que teve em Henry Ford um dos principais protagonistas, e que se espalhou para as demais indústrias” (PRONI, 2006, p. 6).

Os bens e serviços, que atendiam antes às minorias, passaram a ser produzidos para um mercado de massa, gerando uma febre do consumo: autêntica fábrica de necessidades, com a supervalorização de triviais “comodidades” do mundo moderno.

Para Hobsbawm (op. cit), a essência do modelo criado por Ford era de que a produção de massa precisaria de consumo de massa, originando a busca de novos mercados e a geração de novos consumidores internos (isso explica, por exemplo, a delimitação das 8 horas de trabalho diário e a fixação de salários, o que proporcionaria ao trabalhador tempo de lazer suficiente para consumir os produtos fabricados).

A expansão do modelo fordista é resumida por Hobsbawm (op. cit, p.259), com destaque para seu alcance global e a rapidez com que se impôs. Segundo o autor, o sistema de produção em massa, desenvolvido por Ford, ampliou-se pelo mundo. Bens e serviços, antes limitados a pequeno grupo abastado, agora eram produzidos para ser consumidos em massa, incrementando principalmente o setor turístico.

Antes da guerra, não mais de 150 mil norte-americanos viajaram para a América Central ou Caribe em um ano, mas entre 1950 e 1970, esse número cresceu de 300 mil para 7 milhões (US Historical Statistic, vol. 1, pág. 403). A Espanha, que praticamente não tinha turismo de massa até a década de 1950, recebia mais de 44 milhões de estrangeiros por ano em fins da década de 1980, um número ligeiramente superado apenas pelos 45 milhões da Itália (Stat. Jahrbuch, 1990, p. 262). O que antes era luxo tornou-se padrão de conforto desejado, pelo menos nos países ricos: a geladeira, a lavadora de roupas automática, o telefone. Em 1971 havia mais de 270 milhões de telefones no mundo, esmagadoramente na América e na Europa Ocidental, e sua disseminação se acelerava. Dez anos depois, esse número quase dobrara. Nas economias de mercado desenvolvidas havia mais de um telefone para cada dois habitantes (US World Social Situation, 1995. Tabela 19, p. 63). Em suma, era agora possível o cidadão médio desses países viver como só os muito ricos tinham vivido no tempo de seus pais, a não ser, claro, pela mecanização que substituiu os criados pessoais (Hobsbawm, op. cit, p. 259).

O grande avanço tecnológico transformou a vida das pessoas, principalmente no mundo rico, com maior ênfase na produção agrícola, agregando uma infinidade de “conveniências” da vida moderna, que se tornaram indispensáveis. A “novidade” passou a ser o principal recurso de venda para tudo.

O acesso à alta tecnologia pelos países desenvolvidos foi consequência de elevados investimentos em educação e pesquisa, pressupostos que os demais países não atendiam e que os colocavam à margem desse desenvolvimento econômico e social.

Para Souza (1999), a grande característica da Era de Ouro foi precisar cada vez mais de maciços investimentos e consumidores. A tendência do sistema era alcançar a produção minimizando a participação dos seres humanos, substituindo-os por robôs, por exemplo. Decorreu das transformações do modelo capitalista que, reformulado e reestruturado, voltou-se para a sua própria internacionalização e globalização. Nesse contexto, para garantir a sobrevivência desse modelo econômico, disseminou-se o ideal político de coexistência de um mundo de produção e comércio crescentes, industrialização e modernização, com pleno emprego. Tal ideologia criou campo fértil para a negociação com os sindicatos de trabalhadores e participação no controle governamental.

Passou a existir uma economia mundial, sem fronteiras determináveis. A transnacionalização gerou a criação de empresas transnacionais e uma nova divisão internacional do trabalho. As organizações multinacionais passaram a ignorar fronteiras nacionais, tornando-se independentes do seu estado e território.

Era normal a transferência de atividades industriais de locais de mão-de-obra cara para outros onde eram mais baratas. Havia consenso entre patrões e organizações trabalhistas para manter as reivindicações dos trabalhadores dentro de limites que não afetassem os lucros. Os altos lucros propiciaram aumento de salários e outros benefícios, além da geração de um sistema previdenciário estatal.

A Era de Ouro começou a declinar a partir da década de 1970, atribuído por alguns à crise do petróleo. O início da crise foi provocado pelas exigências do Estado quanto ao bem-estar, aos gastos públicos com a seguridade, manutenção de renda, assistência, educação, entre outros fatores. Houve um desequilíbrio entre o crescimento da produção e os ganhos que mantinham os lucros estáveis e também entre o crescimento da produção e a capacidade dos consumidores de comprá-la.

A chamada terceira Revolução Industrial e Tecnológica, surgida após a II Guerra Mundial, segundo Rifkin (1995, p.107), “somente agora está começando a ter impacto

na forma como a sociedade organiza a sua atividade econômica”. Os robôs, os computadores e os softwares estariam “invadindo os domínios da mente humana”, na medida em que essas máquinas sejam capazes de realizar também tarefas nas áreas conceituais, gerenciais e administrativas, além de coordenar o fluxo da produção, desde a extração da matéria-prima ao *marketing* e à distribuição do produto final e de serviços.

Na década de 1990, a sociedade volta a sua atenção para o desemprego tecnológico, só que, agora, não mais restrito ao setor da indústria, visto que este já se encontra presente em todos os setores da economia e virtualmente em cada grupo e categoria de trabalhadores. O novo processo produtivo começa a ser marcado pela necessidade de se obter produção enxuta, em que se utiliza a metade do esforço humano, do espaço físico, dos investimentos em ferramentas, do tempo de engenharia para desenvolver um novo produto, além de requerer a manutenção de menos da metade dos níveis de estoques (RIFKIN, 1995).

Esse fato proporcionou o aparecimento de novos métodos e tecnologias, decorrentes da premente necessidade do capitalismo em superar a crise e manter ou alcançar maior taxa de juros. Modelos como o da acumulação flexível, utilizado desde a década de 1970 e o *Toyotismo*, iniciado pelos japoneses, previam a utilização de estrutura empresarial integrada e flexível, contrapondo-se ao tradicional modelo fordista-taylorista (SOUZA, 1999).

A grande quantidade de estoque da velha produção, reservada para eventuais necessidades, foi sendo eliminada, reduzindo custos e conseqüentemente aumentando os lucros. A empresa integrada e flexível tende a trabalhar com pequenos estoques e a ter giro elevado de produção, com mercadorias que apresentam baixo ciclo de vida, aumentando a variabilidade da produção, ao mesmo tempo em que diminui o período entre a encomenda e a entrega dos produtos (SALERNO, 1994).

Como se pode observar, o mercado passou gradativamente a não mais comportar a produção massiva do modelo fordista, tornando-se instável e flexível, conforme as exigências de consumo. O foco de atenção das empresas está voltado para produtos e tarefas em que sejam garantidas maior competitividade e lucratividade (SOUZA, 1999).

Segundo Harvey (1993), a acumulação flexível de capital se sustenta na flexibilidade dos processos e mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, e se caracteriza pelo surgimento de novos setores de produção, pela intensificação de inovações comerciais, tecnológicas e organizacionais. Assim sendo, a acumulação se torna maleável porque o mercado é flexível e, por isso, flexível deverá ser o seu processo de produção e exploração da força de trabalho.

A terceira Revolução Industrial, sob diversos aspectos, difere das demais por trazer acelerado aumento da produtividade do trabalho, tanto na indústria como em numerosos serviços, principalmente naqueles que trabalham com o processamento da informação. Como ainda está em curso, é difícil prever seus desdobramentos a médio e longo prazos. Com a substituição do trabalho do homem pelo computador, parece também ser muito provável a crescente eliminação de diversos postos de trabalho pela transferência de operações realizadas por funcionários, que atendem ao público para o próprio usuário: é a difusão do auto-serviço, facilitada pela utilização do microcomputador.

Pochmann (2006, p. 2) adverte que este período, marcado por “profundas transformações do ponto de vista econômico, social, político e, sobretudo, das tecnologias”, compromete uma análise mais substanciada acerca da real situação do que ocorre neste final do século 19, na sociedade e no trabalho. Tal período tanto pode ser considerado como favorável quanto as inovações introduzidas no trabalho, como também poderá assinalar uma regressão social. Na perspectiva de uma economia capitalista, o desemprego e a precarização da força de trabalho deverá se tornar um evento duradouro.

Atualmente, observa-se que a sociedade passou a reagir de formas diferentes ante aos problemas sociais, em especial a questão do desemprego. Nesse sentido, Pochmann (op. cit) realiza uma análise bastante oportuna, quando destaca que a comunidade pode não apenas definir a proporção do nível de desemprego, mas também as formas de convívio entre aqueles que o possuem e aqueles que não o têm. Aponta para a coexistência de duas vertentes de raciocínio, uma que identifica o desemprego como um fenômeno social, coletivo, e outra, mais conservadora, que atribui ao próprio trabalhador a responsabilidade pela obtenção de uma ocupação, provocada pela falta de interesse em qualificar-se, introduzindo o conceito de empregabilidade, atributo fundamental para quem deseja obter e manter um posto de trabalho.

Pochmann (2002, p. 46), enfatiza que:

As novas tarefas no emprego referem-se tradicionalmente às mudanças no conteúdo do trabalho. Não significam, necessariamente, o seu enriquecimento, embora tendam a atuar na direção de alterar a dinâmica do exercício do trabalho por meio da concepção distinta de manejo de tempo, de novos materiais e dos movimentos. Em geral, estariam possibilitando a transição dos antigos postos de trabalho fixos para postos de trabalho com alguma rotação de funções, às vezes, com conteúdo mais complexo e nem sempre repetitivos.

Singer (1999) destaca que muitas atividades se desconectaram do grande capital monopolista, passando a ser exercidas por pequenos empresários, profissionais

autônomos, cooperativas de produção, dentre outros. Muitos dos postos de trabalho formal foram transformados em ocupações que não oferecem mais as garantias e os direitos habituais, modificando, assim, as relações trabalhistas de forma radical.

Pochmann (2006, p. 4), referindo-se à concepção de que o mercado atuaria como um “árbitro” do comportamento da sociedade, ressalta que este, a despeito do que se diz da área trabalho, seria “o melhor alocador de recursos e uso da mão-de-obra, ao contrário do que o senso comum permite avaliar, estamos diante de duas décadas em que o crescimento econômico tem sido um dos mais baixos das últimas cinco décadas”. Portanto, o que se observa, na prática, é a existência de economias desenvolvidas apresentando taxas de crescimento muito baixas, contrastando com as de desemprego, relativamente sempre elevadas, em que pesem as diferenças de suas causas e o modo como as nações o enfrentam. A classe internacional conservadora valoriza mais os aspectos financeiros do que os produtivos, desejando obter maior liquidez, retorno e rentabilidade ofertados maciçamente pelas instituições bancárias.

Enzensberger, citado por De Masi (1999), aponta para seis fatores avaliados por ele como característicos da fase pós-industrial: o tempo, a autonomia, o espaço, a tranquilidade e o silêncio, o ambiente sadio e a segurança. No que diz respeito ao tempo, várias categorias profissionais prestarão serviços conforme a sua disponibilidade, o que resultará em maior autonomia, permitindo a esses trabalhadores tomarem decisões sem aquiescência do chefe ou manipulação dos interesses da mídia. Em relação ao espaço físico, este estará cada vez mais estrangulado pelo crescimento populacional, pelo trânsito, pela massa de objetos inúteis dentro das casas, o que influenciará na tranquilidade dos cidadãos que convivem a todo o instante com as ameaças da vida urbana e com as multidões que impedem a privacidade.

De Masi (op.cit.) propõe como alternativa para essa conjuntura a realização de um amplo pacto social, indispensável para redistribuir o trabalho, a riqueza, o saber e o poder, para criar um sistema cooperativo internacional capaz de assegurar a todos vida mais longa e de melhor qualidade.

Para finalizar, citando Rifkin (1995, p. 315), convém destacar que estamos na iminência de período de negócios universais e de produção mecânica. A expectativa é a de que caminhemos para a economia sem emprego. Se essa estrada conduz a “porto seguro ou a um terrível abismo”, irá depender do modo como a civilização irá se preparar para a era pós-mercado. O fim do trabalho poderá significar a sentença de morte para a civilização, como também poderá sinalizar uma grande transformação social, um renascimento do espírito humano. O futuro está em nossas mãos.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBORNOZ, Susana. *O que é trabalho*. 6. ed. – São Paulo: Brasiliense, 2002 – (Coleção Primeiros Passos).
- ANTONY, P. D. *The ideology of work*. London: Tavistock, 1977.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Cortez, São Paulo, 2002.
- BÍBLIA SAGRADA, *Gênesis*, 3, 19.
- BORGES, Livia de Oliveira; YAMAMOTO, Osvaldo Hajime. O mundo do trabalho. In: ZANELLI, José Carlos et al. *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre, 2004.
- BRAVERMAN, Henry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3. ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- CERVO, Amado Luiz. et al. *Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários*. 3. ed., São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- DE MASI, Domenico. *O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. 2. ed., Rio de Janeiro, José Olympio: Brasília, DF: Ed. da UnB, 1999.
- FAYOL, Henri. *Administração industrial e geral*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- GALBRAITH, J. K. *A sociedade afluyente*. São Paulo: Pioneira, 1987.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HOBBSAWM, Eric. J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MATOSO, Jorge E. L. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.
- POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- \_\_\_\_\_. *O mundo do trabalho em mudança*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, mimeo, 2006.

PRONI, Marcelo Weishaupt. *Capitalismo civilizado: economia e sociedade nos anos de ouro*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, mimeo, 2006.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.

SALERNO, Mário Sérgio, In: *Tecnologias, trabalho e educação: um trabalho multidisciplinar*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

SOUZA, Donaldo Bello de. *Trabalho e educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

SMITH, Adam. *Riqueza das nações*. São Paulo: Behar Editora, 1991.

VIANNA, Segadas. O trabalho até a idade moderna. In: SUSSEKIND, Arnaldo et al. *Instituições de direito do trabalho*. 17. ed., Atual. São Paulo: LTr., 1999, p. 29.